

PREVISÕES MACROECONÓMICAS SUBJACENTES À PROPOSTA DE ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2025



FICHA TÉCNICA

CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Avenida da China, Edifício do Tribunal Constitucional, 3.º Andar
Chã de Areia, Cidade da Praia, Santiago – Cabo Verde

Editor: Conselho das Finanças Públicas

E-mail: info@cfp.cv

Copyright: Conselho das Finanças Públicas

Data da Publicação: Setembro de 2024

*Este Relatório foi elaborado com base na informação disponível até ao dia
27 de agosto de 2024*

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	6
INTRODUÇÃO	10
CENÁRIO MACROECONÓMICO SUBJACENTE À POE/2025	11
CONCILIAÇÃO COM PREVISÕES DO MFFE	14
PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES	15
ATIVIDADE ECONÓMICA E PREÇOS	15
RISCOS	16
ECONOMIA NACIONAL	17
RISCOS ORÇAMENTAIS	18
CONCLUSÃO	19



SUMÁRIO EXECUTIVO

O Conselho das Finanças Públicas (CFP) é um órgão consultivo independente, criado pelo artigo 84.º da Lei n.º 55/IX/2019, de 1 de julho (Lei que estabelece as Bases do Orçamento de Estado) e os Estatutos foram publicados através da Lei n.º 78/IX/2020, de 23 de março e na sua origem está a necessidade de uma avaliação independente sobre a consistência, cumprimento e sustentabilidade da política orçamental, promovendo a sua transparência, de modo a contribuir para a qualidade da democracia e das decisões de política económica e para o reforço da credibilidade financeira do Estado. Este parecer enquadra-se nas competências conferidas na alínea a) do artigo 7º dos Estatutos do CFP.

O CFP tem em conta os princípios e regras que regulam a formulação, programação, aprovação, execução, avaliação, controlo e responsabilização do Orçamento do Estado definido na referida Lei de Bases e, em resultado da análise efetuada às previsões macroeconómicas subjacentes à Proposta de Orçamento do Estado para 2025, com base na informação disponível à data da elaboração do parecer e ponderando os riscos identificados, endossa as previsões macroeconómicas apresentadas.

O endosso das previsões não significa que os valores e conclusões são exatamente iguais aos encontrados e calculados pelo CFP com as suas próprias metodologias. O endosso indica que as previsões da Proposta de Orçamento do Estado para 2025, à luz dos últimos dados conhecidos e das metodologias aplicadas, são consideradas razoáveis e apresentam um elevado grau de concretização.

Este parecer é produzido pelo CFP decorrido um ano da sua efetiva instalação e visa, de acordo com a lei, emitir uma apreciação independente sobre a consistência das previsões macroeconómicas subjacentes à Proposta de Orçamento do Estado para 2025 (POE/2025), apresentadas pelo MFFE¹.

O contexto, tanto nacional como mundial, continua sendo caracterizado por elevadas dúvidas sobre o crescimento da economia mundial resultante de elevada incerteza e volatilidade, o que implica na natureza e credibilidade das projeções. Esta constatação é de extrema importância e continua válida devido ao facto de a economia de Cabo Verde ser fortemente dependente do exterior quer do lado real (importações, exportações, reexportações, investimento direto estrangeiro e turismo) quer do lado monetário, financeiro e cambial (peg fixo com o Euro, remessas dos emigrantes, ajuda orçamental e empréstimos concessionais).

De acordo com o cenário macroeconómico apresentado para a POE/2025, o MFFE estima que a atividade económica, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB) em volume, deverá crescer num intervalo de 4,8 a 5,3 por cento (4,7 por cento em 2024 contra 5,1 por cento observado em 2023), face ao crescimento estimado de 5,7 por cento para 2023. Contudo, as previsões do crescimento em cenário adverso do POE/2025 é de 3,8 por cento.

¹ Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial

O nível de inflação situará em torno dos 1,7 por cento em 2025 (2,8 previsto no POE/2024), beneficiando da queda dos preços das matérias primas a nível internacional, e para 2024 as Diretrizes atualizaram as projeções para 0,9 por cento.

O CFP considera coerentes as previsões emanadas nas Diretrizes, nomeadamente o crescimento do produto entre 4,8 por cento em termos reais num cenário normal e 5,3 por cento num cenário favorável. Estas previsões também se mostram razoáveis quando comparadas com as novas previsões do Banco de Cabo Verde, que agora projeta um crescimento de 5,4 por cento para 2025 (Relatório da Política Monetária, julho de 2024), e do FMI, que ajustou a sua previsão para 4,7 por cento (IMF *Country Report No. 24/262*, julho de 2024). Contudo, o CFP mantém uma previsão mais otimista, apontando que a economia poderá crescer até 5,8 % em 2025, impulsionada pela dinâmica de setores-chave como Turismo, Administração pública e Comércio.

No que toca à inflação, este fenómeno macroeconómico tem tido um comportamento fora do normal previsto pelos modelos. Se em 2022 foi de 7,9 por cento, 3,7 por cento em 2023, tudo aponta que possa atingir um valor abaixo de 1,0 por cento em 2024, revelando uma descida extraordinária. Pode-se afirmar que não houve nem inflação de segunda ordem, nem inércia da inflação ².

O CFP considerou que a meta de 2,8 por cento para 2024 era ambiciosa porque não levava em conta os fatores atrás mencionados e que a inflação de julho de 2023 (último dado conhecido à data da previsão) era de 6,3 por cento, o que pressuporia uma descida rápida da inflação num período de 16 meses. De lembrar que as projeções (BCV 2,2 por cento e MFFE 2,8 por cento) estavam todas acima de 2 por cento.

Para 2025, o CFP estima uma inflação à volta de 2,2 por cento. Para tal considerou-se os fatores internos e externos. Do lado interno, levou-se em conta a evolução recente da inflação interna que foi caracterizada pela descida rápida e pela manutenção da estabilidade macroeconómica (nível adequado de reservas interna do banco central, défice público controlado e dentro das regras, e desemprego ainda considerado normal para o contexto). Do lado externo, levou-se em conta o comportamento dos preços das matérias-primas e energia nos mercados internacionais, a prudência dos bancos centrais em não baixar a taxa de juros (pois consideram que a inflação não está totalmente controlada) e a trajetória de desaceleração da inflação.

Do lado da zona Euro, onde está ancorada a moeda nacional através do regime cambial de *peg* fixo, os analistas esperam que o Banco Central Europeu (BCE) corte a taxa de referência, uma vez por trimestre até ao final do próximo ano e a taxa de depósito deverá atingir os 2,25 por cento em dezembro de 2025. De notar que a taxa de depósito atingiu um máximo histórico nos 4 por cento até junho, mês em que foi anunciado o primeiro corte de juros por parte do BCE. Desde então, a taxa manteve-se nos 3,75 por cento.

² **Inércia da inflação** é um fenómeno económico que ocorre quando a inflação passada influencia diretamente os níveis de inflação futura. É um desafio para a estabilidade económica, pois cria um ciclo vicioso em que a inflação passada influencia a inflação presente e futura.

Face aos dados apresentados pelo MFFE sobre as previsões, cenários e medidas de políticas a serem implementadas, conjugados com a avaliação própria e, perante os dados de outras instituições nacionais e internacionais, o CFP considera que o cenário macroeconómico subjacente à POE/2025 é globalmente coerente com as restantes projeções para a economia cabo-verdiana. Além disto, está alinhado com os compromissos assumidos perante os parceiros internacionais, nomeadamente o Fundo Monetário Internacional (FMI).



INTRODUÇÃO

O Conselho das Finanças Públicas (CFP) é um órgão consultivo independente, que possui como uma das competências avaliar os cenários macroeconómicos adotados pelo Governo e a consistência das previsões orçamentais com estes cenários, alínea a) do artigo 7º dos Estatutos do CFP.

Fundamentalmente, existe a necessidade de uma apreciação autónoma e independente acerca da coerência, execução e sustentabilidade da política orçamental, promovendo a sua transparência, com o intuito de contribuir para a qualidade da democracia e das decisões de política económica, assim como para o reforço da credibilidade financeira do Estado.

Decorrido um ano desde a emissão do primeiro parecer sobre a coerência das previsões (parecer nº 1 do CFP de 2023) segue mais este parecer com o mesmo objetivo de fazer uma análise que permita avaliar as previsões macroeconómicas subjacentes à Proposta de Orçamento do Estado para 2025 (POE/2025), apresentada pelo Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial.

As previsões de variáveis macroeconómicas (PIB e inflação) são determinantes para a elaboração do orçamento, pois deles dependem as políticas fiscal e de rendimentos e preços. Assim, e em termos de metodologia, a análise realizada teve como foco a avaliação da prudência e da coerência das projeções macroeconómicas produzidas pelo Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial, as quais subsidiam a elaboração da proposta de Orçamento do Estado.

Dado que o CFP deve produzir as suas próprias previsões, faz parte desta análise o confronto das previsões do MFFE com as de outras instituições nacionais e internacionais nas principais variáveis, mormente o PIB real e a inflação.

De maneira resumida, para atingir o objetivo de avaliar os cenários macroeconómicos apresentados nas Diretrizes, o CFP adotou a seguinte abordagem:

- Análise técnica das previsões do CFP;
- Comparação com as previsões e projeções disponíveis realizadas por instituições de referência: Banco de Cabo Verde (BCV) e Fundo Monetário Internacional (FMI);
- Informação estatística mais recente, produzida pelas autoridades estatísticas nacionais – Instituto Nacional de Estatística (INE) e BCV.

CENÁRIO MACROECONÓMICO SUBJACENTE À POE/2025

O cenário macroeconómico nacional e internacional para 2025 continuará marcado por uma elevada incerteza e volatilidade, intensificado pelos desafios persistentes do pós-pandemia, da guerra na Ucrânia e consequente surto inflacionista e dos impactos da política monetária contracionista.

No contexto nacional, a economia enfrenta os desafios já conhecidos tais como a dependência do turismo, o desemprego e a dívida pública ainda elevada. A estes fatores acresce-se um fenómeno “novo” que é a emigração da mão de obra qualificada, que está colocando alguns sectores em tensão por falta de trabalhadores como a construção civil e a hotelaria, fazendo aumentar os preços dos serviços prestados.

Considerando a inflação, este indicador tem mostrado um comportamento positivo para a economia, passando de 7,9 por cento em 2022 para 1,4 por cento em junho de 2024, não confirmando assim o que poderia ser um espiral inflacionista e inflação de segunda ordem provocada pelo aumento nominal dos salários. Em termos comparativos, a inflação mundial, em 2023, foi de 6,8 por cento, em 2024 prevê atingir 5,9 por cento e 4,5 por cento para 2025.

A nível internacional, o Fundo Monetário Internacional (FMI), no seu *Outlook* de abril de 2024 (com o *update* de julho), considera que a economia global permanece resiliente apesar do crescimento desigual, a inflação retoma à meta e o mundo evitou uma recessão. De acordo com a mesma instituição, o crescimento para 2024 e 2025 se manterá estável em torno de 3,2 por cento com a inflação média, caindo de 2,8 por cento em 2024 para 2,4 por cento em 2025. Recorda-se que as perspetivas de crescimento foram revistas em alta em abril último (0,1 p.p.) e outubro de 2023 (0,3 p.p.).

No âmbito global, também há desafios. O citado relatório do FMI aponta, como primeiro desafio, a alta da inflação como motivo de preocupação, pois, apesar da trajetória descendente, a inflação dos serviços continua elevada. Permanecendo a inflação acima da meta, restringe, no curto prazo, a possibilidade de os bancos centrais baixarem as taxas de juros diretas.

O segundo desafio é a desigualdade no crescimento mundial, que pode mascarar as diferenças entre países e regiões, ao que se acresce a possibilidade de fragmentação geoeconómica. Os Estados Unidos estiveram com um forte impulso no crescimento económico, mas os últimos dados podem apontar uma “aterragem suave” da economia (1,9 por cento em 2025). Os dados de desemprego divulgados em julho foram inesperadamente elevados. A taxa de desemprego subiu para 4,3 por cento, o seu nível mais alto desde outubro de 2021. Do lado da zona Euro (1,5 por cento em 2025), se em abril o FMI considerava que a economia poderia acelerar este ano (embora permaneça em níveis baixos), os dados de julho mostraram que a recuperação económica da Zona Euro perdeu força, com o setor privado a registar um crescimento quase nulo, segundo os dados provisórios do índice de gestores de compras (PMI) divulgados a 24 de julho. A produção industrial da zona do euro diminuiu pelo terceiro mês consecutivo em junho, de acordo com a agência de dados da UE, Eurostat. Do lado da China (4,1 por cento previstos em 2025), permanecem os desafios no setor imobiliário e dificuldades na retenção de capitais externos. As perspetivas de

crescimento do Reino Unido para 2025 apresentam um cenário desafiador, marcado por uma elevada incerteza (crescimento de 1,5 por cento em 2025). A persistência da inflação, a guerra na Ucrânia, a desaceleração da economia global e os efeitos do Brexit continuam a moldar o panorama económico britânico. Embora haja projeções de uma recuperação gradual, a magnitude e a velocidade dessa recuperação dependem de diversos fatores, como a eficácia das políticas monetária e fiscal e a evolução da situação geopolítica.

O terceiro desafio é o endividamento: mesmo que a inflação recue para níveis considerados normais, as taxas de juros reais continuam elevadas, prejudicando a dinâmica da dívida soberana. Por isso, o FMI defende a consolidação fiscal, que ajuda a reduzir os custos do financiamento e a melhorar a estabilidade financeira.

O quarto desafio é o crescimento de médio prazo que permanece anémico, devido à baixa produtividade total dos fatores, que por sua vez é originada por rigidez na estrutura económica que não deixa mover os fatores produtivos (capital e trabalho) para empresas e sectores de maior produtividade.

Cenário macroeconómico apresentado pelo Ministério das Finanças e Fomento Empresarial (MFFE) para a POE/2025

Em 2024, o cenário macroeconómico apresentado pelo MFFE para a POE/2025 prevê que a atividade económica, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB) em volume, deverá crescer entre 4,8 e 5,3 por cento em 2025 (ou 3,8 por cento em um cenário adverso, em que alguns dos riscos negativos da economia se materializarem), face ao cenário de 2023 que estimava um crescimento de 4,7 por cento para 2024. A contribuir para este crescimento, o MFFE destaca o sector dos serviços, mais precisamente a dinâmica do turismo e a inversão da tendência negativa do investimento.

Para o ano de 2025 e, no que toca ao comportamento dos preços, o cenário macroeconómico subjacente indica que o ritmo de crescimento dos preços deve desacelerar, beneficiando da queda dos preços das matérias-primas no mercado internacional, projetando uma inflação de 1,7 por cento em 2025.

O défice público deverá situar-se em 1,9 por cento do PIB (ante os 2,9 por cento do PIB previstos no OE24) e o rácio da dívida pública em relação ao PIB deverá manter a tendência decrescente dos últimos três anos, prevendo-se que atinja 105,5 por cento do PIB em 2025, em comparação com 108,9 por cento em 2024.

As contas externas, segundo o MFFE, melhorarão com o apoio da expansão do turismo, a desaceleração das importações, o aumento dos donativos e a diminuição dos pagamentos dos juros da dívida pública. Na sequência, espera-se um desagravamento na balança comercial de bens e serviços, com o défice na balança corrente a situar entre 3,0 e 4,0 por cento do PIB em 2024 e 2025.

O crédito à economia deverá crescer 5,0 por cento em 2024 e 5,4 por cento em 2025, com destaque para o aumento do crédito ao sector privado (6,1 e 6,4 por cento, respetivamente).

As reservas externas geridas pelo Banco de Cabo Verde deverão garantir pelo menos seis meses de importações programadas e a taxa de câmbio médio USD/CVE deverá situar-se em torno de 103 escudos em 2024 e 2025.

Por outro lado, prevê-se uma variação positiva dos impostos arrecadados em 6,4 por cento para 2025 (11,2 por cento em 2024).

Não obstante o MFFE reconhecer que o banco central decidiu continuar o processo de normalização da sua política monetária, o que implica um contexto mais restritivo, o MFFE prevê um aumento no crescimento do crédito à economia (contrariamente ao ano passado) de 5,4 por cento previstos para 2025, superior aos 4,9 por cento de 2024, com especial destaque para o crédito ao setor privado (6,4 por cento).

Tabela 1 - Previsões macroeconómicas subjacentes à POE/2025

	2023	2024	2025
PIB Nominal	263,8	281,7	300,9
Taxa de Variação, em %	10.6%	7.2%	6.8%
PIB Real	222,559	233,052	243,635
Taxa de Variação, em %	5.1%	5.3%	4.8%-5.3%
Inflação	3.7%	0.9%	1.7%
Receitas Totais	68,356	73,387	86,280
Despesas Totais	78,472	81,214	76,531
Despesas com Pessoal	24,581	25,520	28,852
Taxa de Variação, em %	11.8%	3.8%	13.1%
Aquisição de Bens e Serviços	14,765	14,907	16,608
Taxa de Variação, em %	41.7%	1.0%	11.4%
Outras Despesas	27,223	29,761	31,071
Resultado Operacional Bruto	1,788	3,200	9,749
Ativos não financeiros	11,155	10,321	15,227
Saldo Global	-9,368	-7,121	-5,478.6
em % do PIB	-3.5%	-2.5%	-1.9%
Saldo Corrente	-2,009	1,820	9,008
em % do PIB	-0.8%	0.6%	3.0%
Saldo Global Primário	-3,490	-884	692
em % do PIB	-1.3%	-0.3%	0.2%
Saldo Primário Corrente	3,868	8,058	15,178
em % do PIB	1.4%	2.8%	5.1%
Mercado de Trabalho (variação, em %)			
Taxa de desemprego (% pop. ativa)	8.7%	8.2%	8.2%
Dívida Pública	306,550	316,365	310,433
em % do PIB	114.7%	108.9%	105.5%

Fonte: Elaboração do CFP com base nas Diretrizes de Orçamento do Estado, POE 2025 e MTTF:

Informação comunicada até 27 de agosto de 2024.

Tabela 2 - Previsões macroeconómicas da economia cabo-verdiana para 2025 por diversas instituições

	BCV	CFP	MFFE	S&P	FMI
PIB Nominal			300.9	301.91	n.d.
Taxa de Variação, em %	n.d.		6.8%	n.d.	n.d.
PIB Real	n.d.				
Taxa de Variação, em %	5.4%	5.8 %	4.8 a 5.3%	4.7%	4.7%
Inflação	1.0%	2.2%	1.7%	1.8%	2.0%

Fonte: Relatório da Política Monetária (BCV, abril 2024), MFFE (Diretrizes de Orçamento do Estado para 2025), Rating S&P agosto 2024. Cálculos do CFP.

CONCILIAÇÃO COM PREVISÕES DO MFFE

A metodologia de análise e emissão do parecer sobre as previsões elaboradas pelo MFFE deve envolver um diálogo institucional profícuo. Assim, recebidas as Diretrizes, o CFP iniciou o processo com a análise das previsões que sustentam a elaboração da proposta de orçamento e elaborou as suas próprias previsões para comparar com as das outras instituições, nomeadamente do BCV e do FMI, de modo a aferir a razoabilidade do exercício de previsão do MFFE. Na sequência, apesar dos esforços do CFP, não foram realizadas reuniões técnicas entre o CFP e o MFFE visando esclarecer as dúvidas relativamente às metodologias e pressupostos utilizadas na elaboração das previsões apresentadas.

PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES

Mudar uma estrutura económica de um país de modo a diversificá-la e a reduzir a dependência externa é um processo que pode levar décadas e deve ser encarado como uma visão estratégica de longo prazo. Como uma pequena economia aberta, a economia nacional continuará fortemente dependente do exterior quer na esfera real - bens e serviços, como na esfera monetária e financeira e de preços. Essa abertura externa reflete também a dependência das remessas dos emigrantes, que são fundamentais tanto para a balança de pagamentos (ajudando a reduzir o défice externo), quanto para o rendimento disponível das famílias. Sendo assim, importa compreender o que se passa ao nível dos principais parceiros internacionais, ainda que de forma resumida. A seguir, são apresentados um conjunto de pontos que refletem a posição do CFP face às previsões e cenários da Proposta de Orçamento de Estado para 2025.

ATIVIDADE ECONÓMICA E PREÇOS

As previsões para 2025 são baseadas num conjunto de pressupostos relativamente ao contexto externo e interno. Assim, no que diz respeito ao contexto externo, considera-se que:

1. A atividade económica global manter-se-á resiliente, segundo os últimos dados disponíveis do FMI. O crescimento mundial será o mesmo em 2023, 2024 e 2025 (3,2 por cento). Este valor é o resultado da revisão em alta em 0,1 p.p. projetado em janeiro;
2. O mercado de trabalho nos principais parceiros, principalmente nos Estados Unidos e Portugal, já começa a dar algum sinal de arrefecimento, invertendo a situação predominante até 2023 de escassez na oferta de mão-de-obra;
3. A inflação mundial reduzirá de 6,7 por cento observado em 2023 para 5,9 por cento em 2024 e 4,5 por cento em 2025. No entanto, a inflação dos preços de energia e alimentos está quase de volta aos níveis pré-pandémicos em muitos países, enquanto a inflação geral ainda não está;
4. As condições monetárias e financeiras serão menos apertadas, com os principais bancos centrais a reduzirem as taxas diretoras, num momento em que a inflação diminuiu consideravelmente e o mercado de trabalho, principalmente nos EUA, dá sinais de algum arrefecimento;
5. O mundo enfrenta o problema de produtividade dos fatores, o que limita as possibilidades de crescimento de longo prazo. Assim, é necessária uma alocação mais eficiente de recursos dentro e entre os países, melhores oportunidades de educação e igualdade de oportunidades, inovação mais rápida e ecológica, e estruturas políticas mais fortes (Pierre-Olivier Gourinchas, FMI blog, julho 24).

Tabela 3 - Previsões Internacionais para 2025

	2025 ³
Produto Interno Bruto (t.v.⁴, %)	
Mundo	3.2
Área do Euro	1.5
EUA	1.9
Reino Unido	1.5
Comércio Volume (t.v.a⁵, %)	
Comércio mundial de bens e serviços	3.3
Mercado de Trabalho (Taxa de Desemprego)	
Área do Euro	6.4
EUA	4.2
Reino Unido	4.1
Preço das Matérias-Primas (t.v.a, %)	
Energéticas	-6.3
Não energéticas	-0.4
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (t.v.a.⁶, %)	
Área do Euro	2.1
EUA	2.0
Reino Unido	2.0
Portugal	2.0
Taxa de Câmbio do Euro	
Dólar-Euro (v.m.a. Em dólares)	1.07
Taxa de Juro (%)	
Longo Prazo (%)	1.3

Fonte: World Economic Outlook (abril 2024)– FMI.

Os Estados Unidos apresentam sinais de arrefecimento no crescimento económico, especialmente no mercado de trabalho. Na zona euro, os sinais também não são fáceis de interpretar, mas indicam uma desaceleração da possível recuperação económica. Os dados do índice do Instituto alemão de pesquisa IFO de julho revelam uma perspetiva pouco otimista para a economia alemã que é o motor de crescimento europeu. Segundo o Fundo Monetário Internacional, a economia alemã deverá crescer 0,2 por cento este ano. A queda na utilização da capacidade produtiva e a redução das carteiras de encomendas são indicadores de uma desaceleração económica.

RISCOS

Apesar de o FMI considerar que os riscos estão equilibrados, subsistem dois riscos negativos no curto prazo que podem fazer desequilibrar o sistema: i) o dilema enfrentado pelos bancos centrais relativamente à luta contra a inflação, ou seja, a manutenção de taxas de juro elevadas para combater a inflação pode perigar a tentativa de recuperação do crescimento e exercer pressão ascendente sobre dólar; ii) a deterioração das finanças

³ Projeções

⁴ Taxa de crescimento real

⁵ Taxa de variação anual

⁶ Taxa de variação anual

públicas nas economias deixou os países praticamente sem espaço fiscal para proteger os mais vulneráveis e financiar as transições climática e digital. O FMI refere, assim, que as consolidações fiscais projetadas são amplamente insuficientes em muitos países.

ECONOMIA NACIONAL

Em Cabo Verde, segundo o INE, no mês de julho de 2024, a inflação foi de 1,3 por cento (6,3 em julho de 2023). As projeções para o final do ano feitas no ano passado apontavam para 2,8 por cento pelo Governo, 2,2 por cento pelo BCV e 3,5 por cento pelo CFP. Trata-se de um comportamento que surpreendeu pela positiva, muito influenciado (apesar das subidas de taxa de juros pelo BCV) pela evolução internacional dos preços dos bens energéticos (diminuíram ao longo do ano) e dos bens alimentares.

Assim, considera-se que a meta de inflação incluídas nas projeções do Governo (1,7%) é atendível, sabendo que o próprio CFP considera que a inflação poderá atingir 2,2 por cento.

Face aos dados apresentados pelo MFFE sobre as previsões, cenários e medidas de políticas a serem implementadas, conjugados com a própria avaliação do CFP e, perante dados de outras instituições nacionais e internacionais, o CFP considera que o cenário macroeconómico subjacente à POE/2025 é globalmente coerente com as restantes projeções para a economia cabo-verdiana (Tabela 2).

O quadro global macroeconómico continua ainda em conformidade com os dois principais compromissos assumidos com o FMI: a Facilidade de Crédito Alargado (ECF) e o Instrumento de Resiliência e Sustentabilidade (RSF), que, conjuntamente oferecem ao país um apoio técnico-financeiro e fortalecimento das finanças públicas, crucial para enfrentar os desafios económicos e sociais atuais e construir um futuro mais próspero e sustentável.

O CFP avalia como coerentes as previsões emanadas nas Diretrizes, destacando uma previsão de crescimento do produto entre 4,8 e 5,3 por cento em termos reais (ou 3,8 por cento em um cenário adverso). Além disto, considera que esta previsão é prudente relativamente às previsões do BCV (abril 2024) mas ligeiramente mais ousadas do que as do FMI (abril 2024).

O CFP prevê que a economia nacional poderá crescer 5,8 por cento em 2025, impulsionada pelos sectores de Turismo, Administração Pública e Comércio. Este crescimento é essencialmente justificado pelo aumento do consumo final - tanto público como privado. Do lado da oferta, o crescimento é explicado pelos sectores secundário e terciário (serviços), conforme demonstrando nas Tabelas 4 e 5.

Tabela 4 - Fontes do crescimento na ótica da demanda de 2023 a 2025

Demanda	2023	2024	2025
Consumo Final	6.0	5.9	5.5
Investimento	-6.3	-2.3	-1.4
Exportação Líquida	6.5	2.0	0.8
PIB	5.1	5.4	5.8

Fonte: Cálculos e previsão do CFP

Tabela 5 - Fontes do crescimento na ótica da oferta de 2023 a 2025

Setores - Oferta	2023	2024	2025
Sector Primário	-0,3	-0.2	-0.1
Sector Secundário	0,2	0.4	0.4
Setor Terciário	4.8	2.6	3.7
Imposto Líquidos de Subsídios	0.8	0.9	1.8
PIB	5.1	5.4	5.8

Fonte: Cálculos e previsão do CFP

No que respeita à inflação, o CFP considera que a meta de 1,7 por cento apresentada pelo MFFE para 2025 é compatível com a dinâmica da atividade económica projetada pelo próprio.

RISCOS ORÇAMENTAIS

As Diretrizes Orçamentais apresentam uma análise dos riscos orçamentais, de acordo com o estipulado na lei. A seguir, enumeram-se estes riscos:

1. Riscos macroeconómicos – ligados às previsões para o crescimento e para a inflação;
2. Riscos específicos relacionados com a sustentabilidade da dívida pública;
3. Riscos em relação ao desenvolvimento e à supervisão financeira das empresas públicas e participadas do Estado;
4. Riscos associados às alterações climáticas.

Ponderados os riscos do cenário do MFFE, a incerteza do panorama macroeconómico atual e as projeções existentes do CFP e do BCV para a economia cabo-verdiana, o cenário macroeconómico subjacente à POE/2025 afigura-se como provável.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, o Conselho das Finanças Públicas conclui que as previsões contidas nas Diretrizes de Orçamento do Estado para 2025 são prudentes e alcançáveis.

Assim, considerando os princípios e regras estabelecidos pela Lei de Bases do Orçamento do Estado (Lei n.º 55/IX/2019, de 1 de julho), a informação disponível à data da elaboração deste parecer e o resultado da análise das previsões macroeconómicas subjacentes à Proposta de Orçamento do Estado para 2025, bem como os riscos identificados, o Conselho das Finanças Públicas, reunido no dia 13 de setembro de 2024, deliberou **endossar as previsões macroeconómicas apresentadas, nomeadamente o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e o valor da inflação.**